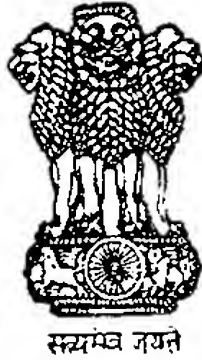


All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acrece o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN  
AND DIU

**ORDER**

10/10/62 — Cus.

In exercise of the powers vested in me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree Law n.º 28 778 of 22-6-1938, and notwithstanding anything contained in any Law for the time being in force in this Territory, I hereby make the following Order:

2. In article 129 of the «Estatuto Orgânico das Alfândegas do Ultramar», approved by Decree no. 43 199 dated 29-9-1960, alínea c) of number 2 and alínea e) of number 3 shall be deleted.

3. In alínea d) of number 3 of the said Article, the words «na alínea c) do número anterior e» shall be deleted.

4. This Order shall come into effect immediately.

THE LIEUTENANT GOVERNOR  
T. Sivasankar

Panjim, 3rd October 1962.

**ORDER**

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 and 3 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this Territory, I hereby make the following order:

1. Industrial taxes leviable under Legislative Diploma no. 1770 of the 15th March, 1958 as amended by the Legislative Diploma no. 1940 of the 10th October, 1959 shall be reduced during the current calendar year in the manner hereinafter provided.

(a) The Industrial taxes with accessories payable by tailoring shops, shoe shops, goldsmith and je-

GOVERNO DE GOA, DAMÃO  
E DIO

**Portaria**

10/10/62 — Cus.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Junho de 1938, e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

2. São revogadas a alínea c) do n.º 2 e a alínea e) do n.º 3 do artigo 129.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas do Ultramar, aprovado pelo Decreto n.º 43 199, de 29 de Setembro de 1960.

3. São eliminadas as palavras «na alínea c) do número anterior e», contidas na alínea d) do n.º 3 do citado artigo.

4. Esta portaria entra imediatamente em vigor.

O GOVERNADOR-TENENTE  
T. Sivasankar.

Pangim, 3 de Outubro de 1962.

**Portaria**

No uso das faculdades que me são conferidas pelos n.ºs 2 e 3 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1 — A contribuição industrial a ser lançada ao abrigo do Diploma Legislativo n.º 1770, de 15 de Março de 1958, com a alteração introduzida pelo Diploma Legislativo n.º 1940, de 10 de Outubro de 1959, será reduzida durante o corrente ano, de maneira como a seguir vai indicada:

(a) A contribuição industrial, com acessórios, a ser paga pelas alfaiatarias, sapatarias, ourivesarias

jewellery shops listed under items nos. 202, 202-A, 202-B, 283, 264 and 264-A of the General Schedule of Industries appended to the Legislative Diploma no. 1770 dated the 15th March, 1958 as amended by the Legislative Diploma no. 1940 dated 10th October, 1959 shall be reduced by a lump sum of Rs. 75/-.

(b) In all cases not covered by (a) above where the yearly industrial tax together with accessories does not exceed Rs. 200/-, the said tax shall be reduced by Rs. 50/-.

(c) In cases where the yearly industrial tax together with accessories exceeds Rs. 200/- but does not exceed Rs. 300/- the said tax shall be reduced by 25 per cent of its total value.

2. No refund shall be made of any industrial taxes payable for the current calendar year which have already been paid at the date of the publication of this order.

3. Industrial taxes leviable under the said Legislative Diploma no. 1770 of 15-3-1958 amended by the Legislative Diploma no. 1940 during the subsequent calendar years or until the Indian Income Tax Act is applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu whichever is earlier shall be reduced in the following manner:

(a) All taxes mentioned in clause (a) of section 1 above shall be reduced by a lump sum of Rs. 60/-.

(b) All taxes mentioned in clause (b) of section 1 above not exceeding Rs. 50/- shall be totally exempted.

(c) Where the yearly tax with accessories exceeds Rs. 50/- but does not exceed Rs. 100/- it shall be reduced by Rs. 40/-.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

*T. Sivasankar*

Panjim, 6th November, 1962.

### ORDER

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 and 3 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this Territory, I hereby make the following order:

The Government of Goa, Daman and Diu may exempt from the stamp duty and the fees to be charged by the Notary Public, all acts regarding the drawing of the required deed of the loans granted by the said Government for the protection or the development of small industries and agriculture.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

*T. Sivasankar*

Panjim, 6th November, 1962.

### ORDER

20/2/62-Cus.

In exercise of the powers vested in me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree Law no. 28 778 of 22-6-1938, and notwiths-

e joalharias, indicadas sob as verbas n.ºs 202, 202-A, 202-B, 283, 264 e 264-A, da Tabela Geral das Indústrias anexas ao Diploma Legislativo n.º 1770, de 15 de Março de 1958, alterado pelo Diploma Legislativo n.º 1940, de 10 de Outubro de 1959, será reduzida de Rps. 75/-.

(b) Em todos os casos não abrangidos na alínea a) acima, em que a contribuição industrial anual, com os seus acessórios, não exceda Rps. 200/-, a mesma contribuição será reduzida de Rps. 50/-.

(c) Nos casos em que a contribuição industrial anual, com os seus acessórios, exceda Rps. 200/- mas não Rps. 300/- a mesma contribuição será reduzida de 25 por cento no seu quantitativo total.

2 — Nenhuma restituição será feita de qualquer contribuição industrial pagável em relação ao corrente ano e cujo pagamento já tenha sido efectuado até a data da publicação da presente portaria.

3 — A contribuição industrial a ser lançada ao abrigo do referido Diploma Legislativo n.º 1770, de 15 de Março de 1958, alterado pelo citado Diploma Legislativo n.º 1940, durante os anos subsequentes ou até que seja aplicado o «Indian Income Tax Act» ao território da União, de Goa, Damão e Diu, será reduzida da seguinte forma:

(a) Todas as contribuições mencionadas na alínea a) do artigo 1.º da presente portaria serão reduzidas de Rps. 60/-.

(b) Todas as contribuições mencionadas na alínea b) do referido artigo 1.º, não excedentes a Rps. 50/-, ficarão totalmente isentas.

(c) Nos casos em que a contribuição anual, com seus acessórios, exceda Rps. 50/- mas não Rps. 100/-, será a mesma reduzida de Rps. 40/-.

O GOVERNADOR-TENENTE

*T. Sivasankar*

Pangim, 6 de Novembro de 1962.

### Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelos n.ºs 2 e 3 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

O Governo de Goa, Damão e Diu pode isentar do imposto de selo e de emolumentos notariais, todos os actos referentes a celebração de escritura dos empréstimos concedidos pelo mesmo Governo para protecção ou desenvolvimento de pequenas indústrias e agricultura.

O GOVERNADOR-TENENTE,

*T. Sivasankar*

Pangim, 6 de Novembro de 1962.

### Portaria

20/2/62-Cus.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Junho de 1938, e

tanding anything contained in any Law for the time being in force in this Territory, I hereby make the following order:

2. In the Table appended to Order no. 20/2/62-Cus. dated 24-8-62, entry no. 23 shall be substituted by the following:

Serial N.º	Description of goods	Enhanced rate of tax
23	Radios the assessable value of each of which:	
	(i) does not exceed Rs. 150/-	38.4% ad valorem
	(ii) exceeds Rs. 150/- but not Rs. 250/-	38.4% ad valorem plus Rs. 15/- each
	(iii) exceeds Rs. 250/- but not Rs. 375/-	38.4% ad valorem plus Rs. 30/- each
	(iv) exceeds Rs. 375/- but not Rs. 500/-	38.4% ad valorem plus Rs. 75/- each
	(v) exceeds Rs. 500/-	38.4% ad valorem plus Rs. 100/- each

3. This Order shall come into effect immediately from the date of its publication in the Official Gazette.

THE LIEUTENANT GOVERNOR  
T. Sivasankar

Panjim, 7th November, 1962.

ORDER

GAD/74/62/17288

Whereas the economic stability of the cultivator and his continuity in the tenancy of the lands under his cultivation will contribute to an increase in agricultural production and Whereas the maintenance of such stability and continuity raises in the territory of Goa instant agrarian problems which require a careful study by a committee of experts to be appointed in due course and Whereas it is necessary to take urgent steps to prevent for the time being the arbitrary eviction of tenants by the landlords.

Now therefore, in exercise of the powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force in this Territory I hereby order as follows:

1. *Definition:* In this order unless the context otherwise requires the word «tenancy» shall mean and include «parceria agrícola» as defined by article 1299 of the Portuguese Civil Code.

2. No tenant shall be evicted from the land under his cultivation merely on the ground that his tenancy in respect of the said land has expired by the efflux of time.

3. No surrender or relinquishment of any tenancy shall be valid unless it is made in writing before the «Administrador do concelho» within whose jurisdiction the subject matter of the tenancy lies. Such surrender or relinquishment shall state the reasons why the surrender or relinquishment is made.

sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

2. Na tabela anexa à Portaria n.º 20/2/62-Cus. de 24 de Agosto de 1962, a rubrica n.º 23 é substituída pela seguinte:

N.º da série	Designação das mercadorias	Taxas revistas
23	Rádios, quando o valor computável de unidade:	
	(i) não exceder Rps.150/-	38.4% ad valorem
	(ii) exceder Rps. 150/- mas não Rps. 250/-	38.4% ad valorem, acrescido de Rps. 15/- por cada unidade
	(iii) exceder Rps. 250/- mas não Rps. 375/-	38.4% ad valorem, acrescido de Rps. 30/- por cada unidade
	(iv) exceder Rps. 375/- mas não Rps. 500/-	38.4% ad valorem, acrescido de Rps. 75/- por cada unidade
	(v) exceder Rps. 500/-	38.4% ad valorem, acrescido de Rps. 100/- por cada unidade

3. Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

O GOVERNADOR-TENENTE  
T. Sivasankar

Pangim, 7 de Novembro de 1962.

Portaria

GAD/74/62/17288

Considerando que a estabilidade económica do cultivador e a sua continuação no arrendamento das terras que vem cultivando, contribuirá para um aumento da produção agrícola, e atendendo a que a manutenção dessa estabilidade e continuidade, suscita no território de Goa, prementes problemas agrários que exigem um estudo cuidadoso por uma comissão de peritos a ser nomeada oportunamente, e, tornando-se por outro lado necessário, tomar medidas urgentes a fim de evitar que, presentemente, os proprietários rescindam, arbitrariamente, os arrendamentos;

No uso das faculdades que me são conferidas pelo «The Goa, Daman and Diu (Administration), Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. *Definição:* Nesta portaria a não ser que pelo contexto outra significação se torne evidente, a palavra arrendamento significará e incluirá parceria agrícola, conforme o definido pelo artigo 1299.º do Código Civil Português.

2. Nenhum arrendatário poderá ser privado das terras que vier cultivando simplesmente com base na circunstância de que o período de arrendamento em relação às mesmas terras expirou com o decorrer do tempo.

3. Nenhum arrendamento poderá ser caducado ou dado por terminado a não ser que o seja por escrito perante o Administrador do concelho com jurisdição sobre a área em que fique situada a propriedade de cujo arrendamento se trate. Quando tal se verifique, serão constatados os motivos que levaram a ser caducado ou dado por findo o arrendamento.

4. This order shall apply only to leases in respect of paddy fields and areca groves valid and subsisting on or after the 1st July 1962 and shall apply to suits in respect of such leases filed or pending on or after the 1st July 1962 and to those filed hereafter.

5. This order shall be in force for one year from the date of its publication.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

*T. Sivasankar*

Panjim, 6th November, 1962.

4. Esta portaria será unicamente aplicável aos arrendamentos, válidos e em vigor a partir de 1 de Julho de 1962, referentes a várzeas e arecais, e será extensiva às acções intentadas em relação a tais arrendamentos ou que estejam em curso a partir de 1 de Julho de 1962 e as intentadas posteriormente à mesma data.

5. Esta portaria estará em vigor durante um ano a partir da data da sua publicação.

O GOVERNADOR-TENENTE,

*T. Sivasankar.*

Pangim, 6 de Novembro de 1962.